



NOVOS PAIS, NOVOS HOMENS? PATERNIDADE E IDENTIDADE MASCULINA NO CONTEXTO PÓS-MODERNO

Guilherme de Souza Beraldo¹
Ellika Trindade²

RESUMO: Este artigo explora o contexto da pós-modernidade como provável modificador da identidade masculina tradicional, tendo em conta a fluidez das relações contemporâneas e a dificuldade da criação de laços duradouros em todas as esferas, especialmente a afetiva. Frente a novas configurações familiares e a demanda por novos modelos de paternidade na atualidade, este trabalho investigou as possíveis influências do exercício da paternidade na constituição da identidade masculina de oito homens. A partir de uma perspectiva qualitativa, foram realizadas entrevistas abertas nas quais se pediu aos participantes que falassem sobre suas experiências por meio da pergunta “como é ser homem, sendo pai?”. Foi explorado com os entrevistados suas concepções de paternidade, de homem e a crença em mudanças no exercício da paternidade ao longo das gerações. Para a análise das entrevistas foi utilizado o método fenomenológico proposto por Giorgi, a partir do qual foram construídas cinco unidades de sentido que agruparam falas afins dos participantes. Observou-se uma relevante presença de concepções tradicionais do masculino, como a do homem provedor financeiro do lar, exclusividade feminina nos cuidados diretos com os filhos e a autoridade masculina como palavra final nas decisões. Contudo, observou-se aberturas de alguns entrevistados para uma divisão mais igualitária na criação dos filhos, com reflexos nas suas concepções de homem e pluralidade nas expressões da masculinidade. Foram mencionadas, ainda, a presença de novas tecnologias e maior proximidade dos participantes com relação aos seus filhos em decorrência da atuação da mulher no mercado de trabalho. O conteúdo das entrevistas aponta para a possibilidade de futuros estudos que contemplem populações masculinas específicas, como homens de baixa renda e a formulação de políticas públicas que abranjam a saúde do homem para além dos aspectos meramente biológicos, oportunizando a abertura de outros espaços para reflexão das masculinidades.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidade; Método fenomenológico; Família contemporânea.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo originou-se de pesquisa desenvolvida com o intuito de compreender as expressões da masculinidade no contexto contemporâneo, aqui denominado pós-moderno. Para abordar uma temática tão ampla, foi escolhido o recorte da paternidade como via de acesso ao fenômeno. Ao fazermos a escolha pelo método fenomenológico de pesquisa, optamos por um estudo eminentemente qualitativo, compreendendo a impossibilidade de que *paternidade* ou *masculinidade* possam ser reduzidas a um conceito ou a expressões únicas e universais. O objetivo desta pesquisa foi, portanto, identificar possíveis reflexos dos modos de ser pai para a

¹ Psicólogo. Formado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Campus Poços de Caldas.

² Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia pela FFCLRP – USP. Professora Adjunta IV do curso de Psicologia da PUC – Minas Campus Poços de Caldas. Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso.

configuração da identidade masculina na conjuntura pós-moderna. A partir dos significados atribuídos à paternidade pelos homens pais entrevistados buscamos entender a modificação em suas identidades masculinas pela experiência paterna, considerando o conceito de identidade como mutável de acordo com as vivências dos sujeitos.

O caminho da revisão de literatura percorre o estudo “comparativo” entre Modernidade e Pós-Modernidade, a compreensão da formação das estruturas familiares tradicionais, o papel social do pai e a formação da masculinidade tradicional. Estes aspectos teóricos serão apresentados, seguidos pela metodologia de pesquisa, as unidades de sentido construídas e uma possibilidade de análise das mesmas.

2 MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE

No contexto europeu, o fim do sistema feudal, o aparecimento das primeiras cidades e o florescimento de um novo tipo social – o burguês –, permitiram a colocação do homem, e não da Igreja, em primeiro lugar. O Renascimento contribuiu de maneira determinante para esse movimento, e os interesses econômicos passaram a ter um peso muito importante para todos os segmentos das sociedades. Em substituição às relações de servidão presentes na Idade Média, o mercantilismo surge como força reguladora das dinâmicas sociais e dos estados nacionais recém-formados.

O pensamento racionalista de Descartes confere a esse cenário uma possibilidade de “projeto” de sociedades organizadas, pautadas na ideia de que a lógica e a ciência poderiam levar o homem a modelos sociais, políticos e tecnológicos cada vez mais perfeitos e ajustados. Segundo Grün e Costa, citados por Costa (2002), a partir das ideias de Galileu e Descartes o cientista, apoiado na autoridade matemática, passa a conceber a realidade através do seu pensamento, conferindo-lhe um poder de manipulação ilimitado.

A expansão do racionalismo na conjuntura social e filosófica da Europa ampliou-se para toda a cultura Ocidental, contribuindo para a formação do que é conhecido como *sociedade moderna*. Para Bauman, a modernidade pode ser sintetizada da seguinte forma:

Assim como “cultura” ou “civilização”, modernidade é mais ou menos beleza (“essa coisa inútil que esperamos ser valorizada pela civilização”), limpeza (“a sujeira de qualquer espécie parece-nos incompatível com a civilização”) e ordem (“ordem é uma espécie de compulsão à repetição que, quando um regulamento foi definitivamente estabelecido, decide quando, onde e como uma coisa deve ser feita, de modo que em toda circunstância semelhante não haja hesitação ou indecisão”). (BAUMAN, 1998, p. 7).

Não pretendemos esgotar as análises e compreensões da modernidade em poucas linhas. Como bem mencionou Latour (1994, p. 15): “[...] a modernidade possui tantos sentidos quantos forem os pensadores ou jornalistas”. A discussão da contemporaneidade passa pela constatação de que há o surgimento de um período subsequente e herdeiro direto da modernidade. Autores como Jean-François Lyotard e Gilles Lipovetsky, na Filosofia, Zygmunt Bauman, Anthony Giddens e Alain Touraine, na Sociologia, Stuart Hall nos Estudos Culturais têm compreensões distintas, mas muitas vezes complementares acerca de como surgiu este novo período e de suas possíveis definições.

Pós-modernidade é uma dentre várias nomenclaturas³ – como *modernidade tardia*, *modernidade reflexiva*, *supermodernidade*, *hipermodernidade*, *alta modernidade* ou mesmo *contemporaneidade* – utilizadas para tratar de aspectos mais ou menos homogêneos nas sociedades ocidentais da atualidade. A diversidade de termos é tão vasta quanto a própria dificuldade de se estabelecer consenso sobre características fundantes da pós-modernidade.

Bauman (1998) comenta algumas particularidades da atualidade que considera responsáveis pela modificação do cenário histórico da modernidade. Entre eles destaca a desordem do mundo (no sentido de que as políticas internacionais dos países e/ou blocos de poder não são mais tão claras como outrora), a desregulamentação universal (do capital, da moral, da sociedade) e a desconstrução de laços sociais duradouros. Além desses, menciona uma *incerteza radical*. Para o que será abordado mais adiante, a respeito das formações identitárias na pós-modernidade, essa característica é de fundamental relevância. Comentando essa incerteza, afirma que:

Neste mundo, tudo pode acontecer e tudo pode ser feito, mas nada pode ser feito uma vez por todas — e o que quer que aconteça chega sem se anunciar e vai-se embora sem aviso. Neste mundo, os laços são dissimulados em encontros sucessivos, as identidades em máscaras sucessivamente usadas, a história da vida numa série de episódios cuja única consequência duradoura é a sua igualmente efêmera memória. Nada pode ser conhecido com segurança e qualquer coisa que seja conhecida pode ser conhecida de um modo diferente — um modo de conhecer é tão bom, ou tão ruim (e certamente tão volátil e precário) quanto qualquer outro. Apostar, agora, é a regra onde a certeza, outrora, era procurada, ao mesmo tempo que arriscar-se toma o lugar da teimosa busca de objetivos. Desse modo, há pouca coisa, no mundo, que se possa considerar sólida e digna de confiança, nada que lembre uma vigorosa tela em que se pudesse tecer o itinerário da vida de uma pessoa. (BAUMAN, 1998, p. 36).

O adjetivo *líquido* é constantemente utilizado por este autor para descrever a fluidez das relações na atualidade. Essa fluidez se refere à instabilidade dos contextos públicos e pri-

³ No nosso entendimento, este termo melhor define o tempo histórico atual como consequente da modernidade, fazendo referência a esta na construção do mesmo.

vados nos quais os seres humanos se inserem, marcados pela ausência de padrões claros e socialmente validados para comportamentos e expectativas.

Diferentemente da modernidade, quando a sensação dos homens era de que a humanidade caminhava sempre em direção a um futuro indubitavelmente melhor e mais próspero, o homem pós-moderno foi frustrado pela irreabilidade prometida e forjada pelo pensamento lógico-racional. Giddens (2002) comenta que “a percepção de que o ambiente social e natural estaria cada vez mais sujeito ao ordenamento racional não se verificou”, sendo a alta modernidade caracterizada por um “ceticismo generalizado” (GIDDENS, 2002, p. 33).

Também é pertinente ressaltar as dificuldades na construção de laços sociais duradouros, dada a constante modificação dos objetos de desejo – cada vez mais representados por objetos de consumo. A paternidade e a identidade masculina, recortes temáticos deste artigo, acompanham as transformações ocorridas nos períodos caracterizados acima, uma vez que ambas são construções e modos do homem se organizar socialmente.

3 PATERNIDADE E FAMÍLIA: UMA NATURALIDADE FORJADA

Um aspecto aparentemente pouco notado e bastante curioso acerca da paternidade é que ela nem sempre foi apreendida pela humanidade. À primeira vista, seria bastante razoável crer que a ligação biológica existente entre pai e filho bastaria para a compreensão de origem do último em relação ao primeiro, mesmo quando não se trata de seres humanos. Entretanto, segundo Dupuis (1989), não foi senão no quinto milênio que o papel do pai na procriação passou a ser conhecido pelos povos egípcios e indo-europeus.

Antes desta compreensão, as estruturas profamiliares eram centradas na figura materna, esta sim com evidente relação aos seus descendentes. A inexistência da função social do pai, conforme concebemos atualmente, engendrou sociedades nas quais a mulher possuía forte caráter religioso inspirado em sua fecundidade, e nas quais não havia qualquer noção de moral sexual, uma vez que os comedimentos dessa ordem não se estabeleceram até as disciplinas sexuais da época patriarcal.

A transição de sociedades centradas na figura da mãe para a figura do pai alterou não só a estrutura da família, mas também a vida religiosa e sexual. A própria formação do que é conhecida como família nuclear não se deu senão ao longo de séculos e mesmo milênios. Acompanhar a narrativa da história da paternidade na obra de Jacques Dupuis (1989) permite perceber o quanto algumas das concepções de família e organização social que muitas vezes

são tomadas como já dadas e naturais são, na verdade, ideologias sedimentadas e reproduzidas ao longo de milênios.

As transformações promovidas pela descoberta da paternidade ocorreram senão lentamente, e muitos milênios foram necessários até que o parentesco patrilinear fosse o mais predominante. Foi somente após a consolidação deste que apareceram sociedades nas quais se observou o patriarcado⁴. A força e dominação masculina se deram inicialmente pelo estabelecimento do casamento como uma instituição de classe, permitindo ao pai saber quem eram seus descendentes e perpetuar suas posses e poder em uma linhagem incontestável. A paternidade, portanto, assume uma função *sociológica* (DUPUIS, 1989).

Em decorrência da predominância do sistema descritivo, patrilinear e patriarcal, o papel social da mulher também se modifica substancialmente. Dependente do parente masculino mais próximo, passa-se a exigir da mulher fidelidade no casamento como meio de assegurar a pureza da descendência. Sullerot (1993) aponta que a consolidação do casal sexual engendrou o casal parental, pois a criança tornou-se o laço de ligação permanente entre ambos.

A partir do século XVII, os filhos também ganham uma posição central na família. São aguardados ansiosamente em todos os lares “verdadeiros”, e de certa maneira comprovam a “normalidade” dos núcleos familiares. A atenção para com as crianças também modifica a rotina das pessoas, mesmo que as mães fossem aquelas mais diretamente ligadas aos cuidados básicos para com os filhos.

Esta descrição das relações entre pais, mães e filhos já é bastante próxima do que se observa no imaginário social atual, e de fato é a base dos modelos familiares mais tradicionais. A família burguesa retratada nos livros de história – e onipresente no cotidiano da modernidade – perdurou não só como padrão até pouquíssimo tempo, como ainda é encarada como a “verdadeira família”, apesar das modificações das últimas décadas.

Todavia, as conformações familiares na atualidade têm se modificado. Para a socióloga brasileira Vaitsman (1994):

Já não é mais novidade sociológica que, entre os segmentos das classes médias urbanas, a família formada pelo pai provedor financeiro e a mãe dona-de-casa, unidos pelo casamento só dissolvido pela morte de um dos cônjuges, há algum tempo é lembrança do passado. Se até poucas décadas atrás a única forma aceita de institucionalizar as relações afetivo-sexuais era através do casamento legal e indissolúvel, hoje, neste campo, a heterogeneidade instituiu-se, ganhou legitimidade social e cultural. (VAITSMAN, 1994, p. 13).

⁴ *Patriarcado* é um termo utilizado por várias áreas do conhecimento, como a Antropologia, Sociologia e História. Sua compreensão e aplicação nem sempre são unânimes. Nesta discussão, é compreendido como o sistema de poder e valores centrados na figura do pai, enquanto *patrilinearidade* é a sucessão geracional organizada a partir da figura deste.

Mesmo que tais configurações sejam diversas e plurais, esta mesma autora aponta que ainda existem muitos elementos do que chama de família hierárquica (moderna) nessas novas expressões familiares. Em outras palavras, embora atualmente seja possível observar núcleos formados por recasamentos, pais ou mães solteiras, relacionamentos não institucionalizados em termos legais, casais homossexuais e tantos outros, a família tradicional burguesa ainda é tida como molde para balizar comportamentos morais e sexuais dos seus membros (VAITSMAN, 1994).

4 DE QUE HOMEM FALAMOS? SINGULARIDADES PLURAIS

Nesta discussão, tratamos da identidade voltada à sua compreensão de *identidade social* formada a partir dos processos de identificação dos seres humanos com seus pares por meio de suas práticas (CIAMPA, 2004). Na perspectiva da sociologia do conhecimento proposta por Berger e Luckmann (2014) a identidade é tratada como elemento-chave da construção da realidade subjetiva. A relação dialética do sujeito com a sociedade tanto forma quanto absorve modelos identitários. Neste sentido, os autores afirmam que a identidade é formada por processos sociais. Os movimentos de conservação e remodelamento de tais identidades são dialéticos, uma vez que há uma interação entre sujeitos e a estrutura social dada.

De acordo com Hall (2006), o conceito de identidade se inicia no Iluminismo, quando o próprio sujeito (masculino) é compreendido como um indivíduo dotado de razão e possuidor de características identitárias inatas, que o acompanhariam, imutáveis, ao longo da vida. Contemporaneamente, entretanto, afirma que não é possível que se tenha *uma* identidade, mas *identidades*:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p. 13).

Assim, a “falta de identidade” dos sujeitos pós-modernos não significa necessariamente perdas. A noção de perda somente pode ser compreendida quando se deseja a manutenção da concepção de identidade sociológica em um contexto pós-moderno que não mais a comporta.

A identidade masculina, foco deste artigo, está intimamente ligada à questão da paternidade. De acordo com Sullerot (1993), embora a sexualidade seja muitas vezes apontada como a responsável pelas diferenças e polarização do masculino *versus* feminino, a paternidade nas sociedades patrilineares foi a grande força motriz da divisão entre público e privado, restringindo as mulheres a este último. Interpretada de modo qualitativo, esta dicotomia expressou-se como exterior-superior *versus* interior-inferior. Em outras palavras, aos homens couberam as grandes realizações, o saber e o poder; às mulheres, o mundo privado: em casa, *casada*.

Badinter (1985) comenta que basicamente três discursos se misturaram na história da humanidade para justificar a autoridade do marido e do pai: “[...] o de Aristóteles, que demonstrou ser a autoridade natural, o da teologia, que afirmou ser ela divina, e finalmente o dos políticos, que a pretendiam divina e natural, ao mesmo tempo” (BADINTER, 1985, p. 31).

A formação da identidade masculina que poderíamos chamar de “tradicional” é curiosamente construída, em grande medida, a partir de negações, e não de afirmações. Desde menino, o homem aprende o que *não* deve ser, em detrimento do que *deve* ser. A definição da masculinidade como “tudo o que não é feminino” é bastante verdadeira. Assim, “homem que é homem” *não* chora, *não* expressa seus sentimentos (e sequer aprende a nomeá-los), *não* é fraco, *não* gosta de coisas femininas, *não* é homossexual e tantos outros inumeráveis exemplos dessa negação. Essa é uma característica interessante, se pensarmos na dificuldade na mudança de padrões de comportamento que muitos homens contemporâneos apresentam quando buscam sair do ideal “machão”. Ao moldarem suas identidades pela identificação com o que *não são*, de fato se perdem ao compreenderem o que *são*.

No entanto, não há uma única expressão de masculinidade. A existência de *masculinidades* é teorizada desde os estudos de Mead⁵ que demonstraram formas de organização social e comportamentos muito diferentes daqueles ligados à suposta essência masculina. Diversas outras ideias semelhantes deram corpo à posição *construtivista* do gênero. Essa concepção aponta para uma compreensão da existência de variâncias nas expressões do masculino, sendo estas fortemente influenciadas pelos meios sociais nos quais esses homens vivem. Esta opinião contrasta com o *determinismo biológico*, que marcaria geneticamente os possuidores dos cromossomos XY com características imutáveis e, assim, definidoras de uma masculinidade singular (BADINTER, 1993).

⁵ Margareth Mead (1901 – 1978), antropóloga estadunidense.

No que se refere à formação da identidade masculina do homem moderno, as exigências do sistema capitalista determinavam que, para ser bem-sucedido, este homem deveria ser frio, prepotente, dominador e não exteriorizar seus sentimentos, a não ser quando referidos à agressividade e força (NOLASCO, 1993). Os desdobramentos dessas características para dentro dos lares eram claros: ao homem, cabia prover financeiramente o grupo familiar, distanciando-se dos aspectos afetivos da criação dos filhos – com exceção dos momentos em que deveria exercer sua autoridade com virilidade.

Com o surgimento das sociedades industriais, o homem é chamado a deixar o lar por períodos de tempo cada vez mais longos, reduzindo consideravelmente o contato dos pais com os filhos. Enquanto no século XVIII os membros familiares (marido, esposa e filhos) trabalhavam praticamente juntos em um ambiente predominantemente rural, a expansão do número de indústrias e de setores comerciais marcou acentuadamente a divisão dos papéis masculinos e femininos em ambientes públicos e domésticos, respectivamente. Ficam evidenciados, assim, o homem provedor e a mulher essencialmente dona de casa. Ainda, o dinheiro e o sucesso tomam o lugar da força física e da honra, de certa maneira redefinindo a masculinidade tradicional (BADINTER, 1993).

Mesmo que não concordasse com as expectativas sociais relativas às práticas esperadas para o exercício da paternidade, era claro ao homem moderno quais eram essas expectativas: sustentar o lar financeiramente e manter sua figura de comando através do poder exercido sobre os filhos e a esposa. Essa particularidade não está presente para o homem pós-moderno, uma vez que não há definições de quais sejam as práticas a ele requeridas. Ao mesmo tempo em que percebe a necessidade de se distanciar do padrão pai-provedor, não tem clareza sobre *o que* ou *como* deve fazer para se adequar às novas demandas.

Entretanto, na atualidade, muitos trabalhos indicam uma diminuição no número das estruturas familiares tradicionais. O que se encontra é uma quantidade cada vez maior de mães e pais solteiros, divórcios, mulheres como chefes de família e diminuição do número de filhos (BADINTER, 1993; BUCHER, 1999; FIGUEIRA, 1987; HEILBORN, 2004; SALEM, 1980; VAITSMAN, 1994). Acrescenta-se a esses os casais homossexuais, recasamentos, adoções monoparentais, ou seja, praticamente infinitas possibilidades de configurações familiares.

Jablonski (1999) aponta a emancipação feminina como principal causa para as mudanças no comportamento masculino em geral, pois o homem passou a ter que lidar cada vez mais com as mulheres no mercado de trabalho e dentro do próprio lar. Já Badinter (1993) argumenta que:

Na verdade, o feminismo ocidental é o menos culpado de ter misturado os pontos de referência do que ter mostrado a nudeza do rei. Ao por fim à distinção entre os papéis e firmar pé sistematicamente em todos os domínios antes reservados aos homens, as mulheres fizeram evaporar-se a característica universal masculina: a superioridade do homem sobre a mulher. (BADINTER, 1993, p. 6).

A nova dinâmica do mundo pós-moderno, marcada pela crescente urbanização, violência, acesso a novas tecnologias e individualismo, levaram o homem a modificar sua relação com o trabalho, esposa e filhos. Apesar das demandas terem se modificado, muitas características identitárias do homem moderno permanecem inalteradas. A “simples” mudança do contexto sociocultural não fez com que um novo tipo de homem surgisse espontaneamente. Ainda estão presentes aspectos “antigos” no comportamento de muitos homens, como o tratamento da mulher como objeto sexual, cobrança de fidelidade sem reciprocidade, separação de sexo e afeto, pouca contribuição nas atividades domésticas e manutenção do papel de pai simplesmente provedor de recursos financeiros (JABLONSKI, 1999).

Assim, o homem de hoje encontra-se em posição oscilante entre os antigos valores – cada vez mais incoerentes com o mundo atual, mas ao mesmo tempo claros e definidores da identidade masculina – e a urgência de mudanças. Jablonski (1999, p. 63) teoriza que “[...] há um *gap* entre as atitudes e o comportamento, tanto na esfera da paternidade quanto na identidade masculina”, e Badinter (1993) acrescenta que a mudança nos paradigmas da identidade masculina e da paternidade, esta última como expressão de preceitos da primeira, é um processo lento e confuso para a grande maioria dos homens.

O que foi caracterizado até aqui como paternidades modernas e pós-modernas são apenas aspectos gerais observados a respeito das práticas dos indivíduos e que servem de referência para uma compreensão das mesmas. No entanto, em absoluto se tratam de prescrições ou se pretende acreditar que *todos* os homens, especialmente levando-se em conta os diferentes níveis socioeconômicos e culturais, exercem a paternidade de formas iguais ou mesmo próximas.

Neste sentido, apresenta-se a possibilidade de compreensão das experiências individuais desses homens neste contexto de transformações, e como estes pais percebem suas identidades masculinas enquanto pais. É o que se buscou identificar nas experiências relatadas pelos homens-pais entrevistados, as quais foram acessadas com base na metodologia descrita a seguir.

5 METODOLOGIA

Participaram da pesquisa que originou este artigo oito homens pais da cidade de Poços de Caldas, Minas Gerais, os quais foram selecionados a partir de indicações das redes de contatos pessoais dos pesquisadores. Não houve restrições acerca do nível socioeconômico dos sujeitos ou da faixa etária dos mesmos. Abaixo, apresentamos um quadro comparativo com algumas informações dos entrevistados:

Quadro 1 – Apresentação dos participantes

Entrevistado	Idade	Escolaridade	Nível socioeconômico	Filhos(as)
E1	48	Médio completo	Médio inferior	2
E2	55	Médio completo	Médio inferior	2
E3	24	Superior incompleto	Médio inferior	1
E4	51	Médio completo	Baixo superior	2
E5	27	Superior incompleto	Baixo superior	1
E6	33	Superior incompleto	Baixo superior	2
E7	22	Médio incompleto	Baixo superior	2
E8	35	Superior completo	Médio inferior	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Entrevistas compreensivas foram utilizadas como instrumento, as quais se iniciaram com a seguinte pergunta disparadora: “*Como é ser homem, sendo pai?*”. Na condução das mesmas, os participantes foram questionados sobre suas concepções de homem, a crença na existência de papéis eminentemente masculinos (paternos) e femininos (maternos), além de possíveis diferenças entre a paternidade com o avançar das gerações. Não houve limite de tempo para as entrevistas, e estas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas na íntegra para serem analisadas⁶. Além disso, foi pedido aos participantes que respondessem a um questionário de avaliação socioeconômica (GRACIANO; LEHFELD, 2010).

Por meio do método fenomenológico proposto e sintetizado por Giorgi (1985), as entrevistas foram analisadas. Após uma primeira leitura do conteúdo transcrito, as falas dos entrevistados foram reunidas em cinco unidades de sentido, agrupando-as em temáticas afins. Com o apoio da hermenêutica, buscamos *compreender* as expressões da masculinidade atra-

⁶ As informações acerca do conteúdo das entrevistas constaram no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos participantes antes do início das mesmas. Esta pesquisa foi autorizada pelo CEP PUC-MG.

vés do recorte da paternidade. A proposta hermenêutica se relaciona ao ato de conhecer e significar o mundo e as experiências vividas pelos sujeitos *no* mundo. São abandonadas quaisquer tentativas de explicações metafísicas, por entender que o sujeito é o agente responsável por conferir significado àquilo que lhe é próprio, na sua condição de ser afetado pelo mundo e na impossibilidade de separação entre esse mundo e aquilo que supostamente seria seu “eu” fora deste.

6 COMO É SER HOMEM, SENDO PAI? A PALAVRA DOS ENTREVISTADOS

Buscamos realizar a discussão a partir de cinco unidades de sentido, as quais serão apresentadas e discutidas a seguir:

- *A masculinidade tradicional expressa na paternidade*

A primeira das unidades de sentido é aquela que retoma aspectos centrais da identidade masculina nos seus moldes mais tradicionais. Considerá-los como tradicionais significa que as falas apresentadas pelos participantes se relacionam a uma concepção de família apresentada e nomeada anteriormente neste texto de nuclear (endogâmica e monogâmica), hierárquica (patriarcal), moderna e burguesa (VAITSMAN, 1994). Não obstante a consolidação deste modelo tenha se dado na conjuntura do século XIX, percebe-se como o estabelecimento dessa constituição familiar específica transformou-se em regra através de mecanismos institucionais e ideológicos (LANE, 2004).

Voltando a análise para a figura do homem no referido modelo familiar, encontramos características identitárias fortemente relacionadas ao “homem de verdade”. Entre elas estão o marido como provedor financeiro do lar que, mesmo comumente auxiliado pela esposa no contexto contemporâneo, não perde sua condição de *principal* responsável por sustentar a casa. As falas dos participantes no sentido de que “*não deixo faltar nada*” corroboram esta análise, ao mesmo tempo em que apontam para uma suficiência das suas responsabilidades como pais relacionadas ao financeiro, passando a considerar aspectos como o envolvimento afetivo com os filhos e divisão das tarefas domésticas como secundários (BADINTER, 1993; JABLONSKI, 1999; NOLASCO, 1993).

A questão da *responsabilidade* foi aquela que mais esteve presente nos relatos obtidos. Esta palavra foi mencionada literalmente pelos participantes quarenta e três vezes ao longo das oito entrevistas. Por se tratar de um termo com múltiplos significados, foi-lhes pedido, quando possí-

vel, que explicassem a que se referiam quando se valiam dessa palavra. Muitas das réplicas retomavam o tema da *responsabilidade financeira*, outras citavam a *figura do pai como modelo de conduta* para os filhos. Além dessas, também foi notável a confusão de alguns participantes a respeito do pedido para que falassem mais sobre a responsabilidade, demonstrando uma solidez e uma suposta obviedade de significado do termo em si mesmo.

Ainda com relação ao papel de provedor do lar, houve relatos sobre uma clara divisão de papéis entre homem-pai e mulher-mãe em decorrência da posição masculina de “chefe da família”. As mulheres-mães foram retratadas como mais carinhosas e naturalmente mais afeitas aos cuidados com os filhos, uma vez que “mãe é mãe”. Igualmente ideológica, a suposta propensão feminina para o cuidado já foi amplamente desconstruída por autores como Badinter (1985).

Esta compreensão de que a “natureza” feminina condiz com uma inerente propensão para o cuidado, em geral se expressa na fala dos homens entrevistados na questão da “ajuda” nas tarefas. Este termo pressupõe auxílio, apoio, subsídio e, portanto, não se liga a uma igualdade de responsabilidades, já que o homem está presente para a mulher, mas para *ajudá-la*. É possível interpretar essa condição tanto como a admissão da inabilidade para assumir os cuidados ou mesmo como um fardo. Ainda sobre esse aspecto, é interessante notar nas falas dos participantes uma menção ao auxílio como uma suposta obrigação, com vistas a se aproximarem de modelos mais igualitários de divisão de tarefas (FIGUEIRA, 1987; HEILBORN, 2004; SALEM, 1980). Contudo, seria prematuro afirmar categoricamente que há um desejo legítimo por parte desses homens em fazê-lo, podendo tais discursos ser apenas uma expressão do “politicamente correto”.

Considerando-se as características centrais da identidade masculina apresentadas anteriormente, ficam bastante claros os motivos pelos quais as descrições acima foram reunidas na unidade de sentido que denominamos *A masculinidade tradicional expressa na paternidade*. Embora as falas dos participantes tenham, até certo ponto, mascarado alguns aspectos mais centrais dessa masculinidade machista – até mesmo pela crítica social recente que vem sendo desenvolvida a esse respeito –, foi possível identificar muitas das concepções que a embasam, principalmente através dos fazeres institucionalizados e da representação sobre o homem e sobre a mulher.

- ***As transformações provocadas e promovidas pela paternidade***

Com referência a esta unidade de sentido, compreendemos que, no caso das transformações *provocadas*, encontram-se a mudança nas rotinas e necessidade de planejamento familiar, já que essas são inerentes a uma adaptação à presença dos filhos. Um exemplo das mudanças dessa natureza é o “abrir mão” de determinados gostos e comportamentos como ir a festas, beber, gastar dinheiro com coisas para si, gastos desnecessários e outros elencados.

Além disso, os homens entrevistados mencionaram a necessidade de se manterem empregados para suprir as demandas financeiras dos filhos, fato este que se relaciona à já aludida característica de homem-provedor e comentada por autores como Nolasco (1993) e Jablosnki (1999). Um dos entrevistados (E7), a esse respeito, utilizou o termo “*afetar*”, imprimindo um peso negativo a essa necessidade. Ainda, falaram sobre a estruturação de suas vidas de acordo com os horários e cuidados que os filhos requerem, especialmente quando ainda crianças.

A omissão nas falas dos homens entrevistados acerca das modificações nas rotinas das mães de seus respectivos filhos também é um dado interessante, pressupondo por parte dos mesmos que há, de certa maneira, um “preenchimento” das vidas dessas mulheres com a maternidade, conforme discutido por Badinter (1985). Não foi objetivo da pesquisa expandir as discussões sobre a maternidade em si, mas enquanto visão ideológica perpetuada através das práticas institucionalizadas no âmbito familiar, percebemos as representações sobre quem é “o homem” e quem é “a mulher” na construção das identidades masculina e paterna. Dito de outra maneira, a compreensão que esses homens têm sobre a figura feminina e materna é determinante para a construção de suas próprias identidades enquanto homens e pais, uma vez que tais identidades são fortemente marcadas pela oposição e negação das características tidas como femininas (BADINTER, 1993).

Já as transformações *promovidas* se ligam às possibilidades de abertura a novas compreensões acerca do que seja o masculino ao viverem a experiência de ser pai. Falamos aqui de uma oportunidade de reflexão sobre a própria existência que esses homens têm ao se tornarem pais. Tal reflexão refere-se, portanto, a outra dimensão, que não a meramente prática, cotidiana, *irrefletida*. É possivelmente nessa ordem de ponderação que as condições pós-modernas tornem o exercício da paternidade e a consolidação de *uma* identidade masculina sólida e confiável algo impossível de ser alcançado. O terreno pantanoso das relações inter-humanas na contemporaneidade é algo comentado de forma unânime por autores como Bauman (1998) e Giddens (2002).

A esse respeito, os entrevistados utilizaram reiteradamente o verbo “*amadurecer*”, empregado no sentido de modificar padrões de comportamento que consideravam inadequados, mas que não tinham motivações para modificar antes da paternidade. Os pais com filhos mais velhos foram especialmente explícitos acerca desse amadurecimento.

Em conjunção com esse amadurecimento está o desejo de ser um melhor “*espelho*” para os filhos, ou seja, buscarem ser melhores para dar-lhes exemplo. A presença de funções paternas e maternas é tida como central no desenvolvimento infantil. Ao compreender pais e mães como *funções*, Kehl (2003) comenta que as variadas configurações familiares contem-

porâneas têm capacidade para oferecê-las às crianças, uma vez que tais funções não têm uma necessária relação intrínseca com o sexo daquele que a exerce.

- ***Processos identitários***

Os *Processos identitários* constituíram outra unidade de sentido que agrupou falas acerca da identificação com figuras masculinas para constituição das identidades de homem e de pai. Essas figuras se mostraram essenciais como padrões de referência para auxiliar na condução da paternidade, sempre em direta relação com os atributos de um “verdadeiro homem” – ser “*honesto*”, “*direito*”, “*de palavra*”, “*que sabe lidar com a mulher*”, é “*o porto seguro da casa*”, exibe “*força*” e tem “*caráter*” (BADINTER, 1993; JABLONSKI, 1999; NOLASCO, 1993; SULLEROT, 1993).

É interessante observar que mesmo um padrão considerado arcaico, como a necessidade de bater nos filhos para educá-los, foi retomado por um dos participantes (E5) como conduta adequada, uma vez que seu pai havia feito o mesmo com ele e, por isso, considerava algo normal e digno de ser reproduzido. Já a ausência de uma figura masculina em sua vida foi a justificativa dada por um dos entrevistados (E7) para o fato de ser um pai ausente e sem muito interesse nos filhos. Essas declarações relacionam-se à reprodução de modelos de forma direta, na compreensão de que algumas práticas são atemporais e descoladas de um contexto mais amplo. No entendimento de Lane (2004), portanto, ideológicas.

No processo de identificação dos filhos em relação ao pai houve vários relatos sobre a necessidade de que o último se constituísse como modelo para os primeiros. Esta característica apareceu nas entrevistas através do que chamaram de “*espelho*”. Algumas falas selecionadas destacam a compreensão de que o pai exerce grande influência no comportamento dos filhos, tanto em questões práticas quanto a valores e condutas. Isto pareceu ser particularmente verdadeiro nos relatos de participantes com filhos do sexo masculino, compartilhando a crença de que seriam os principais influenciadores na constituição do caráter dos filhos, inclusive considerando o filho como “*companheiro*”. A função paterna, abordada anteriormente, tem evidentes correlações com esta identificação entre pais e filhos.

Como já foi comentado, o crédito dado pelos entrevistados à figura do pai como modelo de conduta foi um fator preponderante na modificação de características pessoais que consideravam negativas em si mesmos. Um dos participantes (E4), que se ressentia por ter sido um pai pouco afetuoso quando da infância dos filhos, enxerga uma possibilidade de redenção ao “ensinar” seu filho homem a ser mais atencioso com a filha deste que está prestes a

nascer. Afirma, por exemplo, que troca a fralda da outra neta, algo impensável quando ele mesmo era convocado a fazê-lo enquanto pai. Tais modificações podem ser incluídas na compreensão de “*amadurecimento*” mencionado pelos participantes.

- ***O tempo da paternidade***

A quarta unidade de sentido foi organizada pelo entendimento demonstrado pelos participantes de que *O tempo da paternidade* é cronológica e existencialmente desejado em “momentos certos”. Houve afirmações relativas a uma experiência de vida ou amadurecimento supostamente facilitador do exercício de uma paternidade mais sábia e tranquila, que viria conforme o avanço da idade. Este aspecto foi abordado pelos participantes mais jovens, em especial E3 e E7.

É curioso notar que os entrevistados mencionados fizeram uma relação direta entre maior maturidade e o aumento dos anos de vida, ao mesmo tempo em que um deles (E3) afirma que ser pai jovem lhe trouxe um amadurecimento significativo em um curto espaço de tempo. Em outras palavras, alega que a paternidade atuou como uma espécie de catalisadora do referido amadurecimento. Este aspecto diz respeito à já aludida reflexão dos participantes sobre o que se poderia chamar de posicionamento existencial, uma vez que se relaciona mais a modificações dessa natureza do que a uma mera reorganização prática da vida.

Outro entrevistado (E1) diz que foi pai depois de casado, “*no ponto certo*”. Fica implícito nessa declaração que suas experiências anteriores lhe conferiram certo respaldo para lidar com a paternidade, mas também é possível inferir que ser pai após se casar seria o mais correto e desejável. Essas concepções se alinham a modelos familiares mais tradicionais, assim como outras questões levantadas pelo mesmo que o aproximam de uma concepção de homem igualmente tradicional. Percebe-se, em todos os entrevistados, uma relação direta entre modelos de homens e a expressão destes na organização familiar (BADINTER, 1993; FIGUEIRA, 1987; NOLASCO, 1993; SALEM, 1980).

- ***O pai oscilante***

A última unidade de sentido, que chamamos *O pai oscilante*, agrupou declarações dos homens entrevistados que demonstram uma ambivalência entre modelos mais tradicionais de identificação masculina/paterna e a aproximação de concepções mais igualitárias das mesmas,

em concordância com apontamentos de autores como Bucher (1999), Heilborn (2004), Salem (1980) e Vaitsman (1994).

Fazendo coro com os apontamentos teóricos sobre a paternidade na pós-modernidade, foi possível perceber uma dificuldade dos entrevistados em promover uma proximidade efetiva dos filhos, especialmente no que diz respeito aos cuidados diretos com estes, como trocar fraldas, dar banhos, trocar de roupa, demonstrar afeto e outros. Os participantes E1 e E4, por exemplo, utilizaram as palavras “*insegurança*” e “*medo*” para justificarem o não envolvimento nessas atividades. Isto também confirma formulações teóricas apresentadas anteriormente que abordam a crença masculina na inabilidade para promoverem cuidados dessa natureza (BADINTER, 1993; JABLONSKI, 1999).

Os homens entrevistados também expressaram um desejo de ser mais próximos dos filhos, buscando se envolver mais em suas vidas, acompanhar e contribuir para seus desenvolvimentos. O participante E6, que tem um filho ainda criança, expressou abertamente essa vontade. Já o homem E4, mostrou-se arrependido por não tê-lo feito, procurando compensar essa “culpa” nos cuidados com a neta.

As mudanças intergeracionais apontadas pelos homens também se ligam aos aspectos afetivos. Sem conseguirem exatamente explicar as razões, entrevistados como E5 e E6 afirmaram que são mais próximos de seus filhos do que seus pais foram e/ou são deles. Mesmo sem a pretensão de estabelecermos relações causais, é possível correlacionar essa maior proximidade tanto com um desejo desses homens para tal envolvimento afetivo quanto uma demanda das novas configurações familiares e produtivas da contemporaneidade apresentadas por autores já citados.

Ainda sobre as transformações entre as gerações, os participantes apontaram a presença da tecnologia como modificadora das relações entre seus filhos e eles. O participante E6, por exemplo, expressou sua dificuldade em participar nas brincadeiras do filho que envolvem novos aparelhos eletrônicos. Já o homem E8 mostrou-se amparado pelas tecnologias dado o acesso a informações que lhe permite buscar ser um melhor pai e “*ficar mais tranquilo*” a respeito de dúvidas de saúde. As mudanças empreendidas pelo aparecimento de novas tecnologias são comentadas por Bauman (1998; 2010) em diversas de suas obras.

Também foi mencionado o papel da mídia que, na compreensão do participante E2, contribui para a “estimulação” de comportamentos indesejados como uso de drogas e prostituição. Estes dois últimos aspectos também foram citados por outros entrevistados para argumentar que ser pai atualmente é mais difícil do que nas gerações precedentes. Retomando a questão da mídia nessas compreensões, podemos teorizar que as informações veiculadas pelos

meios de comunicação podem embasar percepções distorcidas da realidade, uma vez que estes meios também apresentam uma visão de mundo específica. Foge do âmbito dessa pesquisa fazer análises das implicações ideológicas presentes no acesso à informação, mas tal apontamento deve ser feito dada a influência cada vez maior da tecnologia, das redes sociais e das novas mídias no contexto pós-moderno (BAUMAN, 2010).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a pretensão de oferecermos uma resposta conclusiva à pergunta que intitula este artigo, podemos afirmar que *há* novos homens pelo fato de que *há* novos pais. Não é possível, com uma amostra de oito pessoas, estabelecer que *todos* os pais apresentam modificações no que pode ser chamado modelos de homem e de pai tradicionais. Por se tratar de uma pesquisa de caráter qualitativo, objetivamos *compreender* como as pessoas entrevistadas vivem suas identidades masculina e paterna, sendo estas possibilidades encaradas como únicas, dado que foram analisadas na perspectiva de *fenômeno*.

A respeito das impressões dos pesquisadores nesses encontros, conseguimos perceber uma dificuldade da maioria dos entrevistados em falar sobre suas experiências como pais, e principalmente sobre suas masculinidades – que possivelmente seria ainda mais evidente se tivéssemos explorado abertamente suas sexualidades. Assim, algumas transcrições tornaram-se complexas, já que observamos que alguns participantes hesitavam ao buscar concluir linhas de raciocínio e expressar ideias claras sobre os temas abordados. Acreditamos que isto se deva muito mais ao fato das temáticas da paternidade e da identidade masculina serem alvo de pouca reflexão desses e de outros homens do que a qualquer espécie de incapacidade para tal. A dificuldade de falar sobre si mesmos, expressar e nomear sentimentos são características já apresentadas da identidade masculina tradicional.

Ressaltamos que estudos dessa natureza têm por objetivo promover reflexões sobre as compreensões que todos, independentemente do gênero, temos do homem e da mulher. É por meio do contato com esses temas que se possibilita a construção de novos sentidos para as práticas institucionalizadas da vida diária. Muitas dessas práticas, se não refletidas, perpetuam discursos de segregação que polarizam não somente masculino e feminino, mas os diferentes grupos raciais, culturais, políticos e de gênero. Pretendemos, com essa afirmação, ampliar a importância de estudos do masculino, uma vez que somos afetados, sem exceção, por discursos que se pretendem totalizantes e normativos.

Assim, procuramos oferecer uma possibilidade de compreensão dos fenômenos da identidade masculina e paterna no contexto da pós-modernidade. Este último, caracterizado pelo fim das metanarrativas, nos chama a pensar novas possibilidades para o posicionamento humano, que chamamos de fazer político.

Estudos que investiguem as masculinidades são igualmente importantes para a formulação de políticas públicas que atendam o público masculino não somente nos aspectos biológicos da saúde, mas na criação de espaços para discussão das práticas e fazeres dos homens. Iniciativas nesse sentido podem oportunizar debates que reformulem a concepção da masculinidade tradicional machista, fortalecendo outras expressões possíveis de masculinidades que respeitem e valorizem a diferença de gênero, contribuindo para minimizar a violência contra mulheres, crianças e homossexuais, por exemplo.

A amostra final dos participantes deste estudo compreendeu apenas dois níveis econômicos: baixo superior e médio inferior. Levando em conta que a maioria das pesquisas acerca do masculino e das relações familiares se dão nas chamadas “camadas médias urbanas”, acreditamos ser pertinente que se estude a base da pirâmide social, ou seja, o grupo baixo inferior. Esta observação se faz pertinente quando pensamos na já mencionada possibilidade de elaboração de políticas públicas que tenham os homens como público-alvo, considerando que estas políticas encontram maior permeabilidade nos níveis socioeconômicos mais baixos, dada a maior presença do Estado nesses segmentos por meio de outros mecanismos de atenção em saúde e seguridade social.

Concluimos este artigo apontando para possibilidades de desdobramentos não somente deste estudo, mas de todo o campo de pesquisa sobre o homem, a paternidade e as diversas formas de expressão do masculino. Estas temáticas são inesgotáveis quando compreendidas na perspectiva de fenômenos. Esperamos que as experiências de vida dos homens participantes tenham sido bem retratadas por esta investigação, e que a mesma venha a acrescentar no crescente rol de estudos sobre a paternidade e a identidade masculina.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, Elisabeth. **XY: Sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1998.

- BAUMAN, Zygmunt. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2010.
- BERGER, Peter. L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 36ª edição. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BUCHER, Júlia. O casal e a família sob novas formas de interação. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Casal e família**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999. p. 82-95.
- CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. In: LANE, S.; CODO, W. **Psicologia social: o homem em movimento**. 13ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 58-75.
- COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- DUPUIS, Jacques. **Em nome do pai**: uma história da paternidade. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: FIGUEIRA, Sérvulo Augusto (org.). **Uma nova família?** O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987. p. 11-30.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- GIORGI, Amedeo. **Phenomenology and Psychological Research**. Pittsburg, PA, EUA: Duquesne University Press, 1985.
- GRACIANO, Maria Inês Gândara; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Estudo socioeconômico: indicadores e metodologia numa abordagem contemporânea. **Revista Serviço Social & Sociedade**, Campinas, v. IX, n. 9, p. 157-186, jul. 2010. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=46147>>. Acesso em: 28 abr. 2015.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par**: gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- JABLONSKI, Bernardo. Identidade masculina e o exercício da paternidade: de onde viemos e para onde vamos. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Casal e família**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999. p. 55-69.
- KEHL, Maria Rita. **Em defesa da família tentacular**. 2003. Disponível em: <<http://www.mariaritakehl.psc.br/PDF/emdefesadafamiliatentacular.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SALEM, Tania. **O velho e o novo**: um estudo de papéis e conflitos familiares. Petrópolis: Vozes, 1980.

SULLEROT, Evelyne. **Que pais? Que filhos?** Lisboa: Relógio D'Água, 1993.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais**: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.